

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA E BACHARELADO

VINICIUS AUGUSTO PALUDO

**LEGISLAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO DECRETO Nº
190/2000 DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

CURITIBA

2015

VINICIUS AUGUSTO PALUDO

**LEGISLAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO DECRETO Nº
190/2000 DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de Graduado em História.

Orientador: Hector Rolando Guerra Hernandez

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

Agreço, especial e primeiramente, a Ísis Veríssimo Rodrigues, que durante toda a minha jornada esteve presente, não apenas oferecendo uma mão amiga, mas principalmente compartilhando de minhas dificuldades e ajudando-me a superá-las.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Aos professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação, por tanto que se dedicaram, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Aos amigos, colegas e companheiros de trabalhos que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho aborda as relações entre o planejamento urbano e o poder público, através de um estudo de caso na cidade de Curitiba, no Paraná. O trabalho analisa as relações entre o Plano Diretor da cidade, no momento de sua revisão no ano 2000, e o aparato legislativo no qual ele estava inserido, além de abordar as relações com o quadro político executivo na época.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between urban planning and the government, through a case study in the city of Curitiba, Paraná. The paper analyzes the relationship between the Master Plan of the city, at the time of its review in 2000, and the legislative apparatus in which it was involved, in addition to deal with relations with the executive branch setup at the time.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UM PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO	13
2.1 COMPREENDENDO O CONCEITO DE CIDADE	13
2.2 A GÊNESE DO URBANISMO	16
2.3 O URBANISMO EM CURITIBA.....	21
3 QUADRO POLÍTICO CURITIBANO	27
3.1 A PREFEITURA E O IPPUC	29
3.2 SOBRE A PERMANÊNCIA NO PODER MUNICIPAL	32
4 O URBANISMO CURITIBANO	35
4.1 1965: DA CIDADE PEQUENA À CIDADE GRANDE	37
4.2 2000: REVISÃO DE UM MODELO OBSOLETO.....	40
5 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1 INTRODUÇÃO

Com o exponencial aumento populacional e o crescimento e adensamento da área urbana, características marcantes da sociedade industrial, o planejamento urbano tornou-se cada vez mais relevante. O urbanismo consolidou-se como ciência, tendo papel determinante no meio social, na qualidade de vida das pessoas e, principalmente, na eficiência e funcionalidade das cidades, fazendo com que estas se desenvolvessem de forma ordenada e racionalizada.

A importância do planejamento urbano deu-se permeada de fatores históricos, pautados em interesses políticos, sociais ou sanitários. Como o urbanismo, o ato de pensar a cidade, envolve a sociedade em seus diversos níveis, passa-se a trabalhar o planejamento urbano sob um aparato político e legislativo muito marcante.

Este trabalho constitui um exercício de análise destas diversas relações entre o planejamento urbano, e a realidade histórica em que é praticado, buscando compreender os diálogos entre o urbanismo, o poder político e o aparato legislativo, a partir a análise do decreto nº190 do ano 2000 do Município de Curitiba, que prevê os critérios construtivos para os setores estruturais da cidade. O decreto é analisado imerso em seu contexto histórico, dialogando com o quadro político partidário do momento e outros fatores econômicos e históricos.

O trabalho é estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo é uma introdução necessária aos conceitos de cidade e de urbanismo. A compreensão destes conceitos é determinante para uma análise histórica dos mesmos, pois são conceitos construídos num contexto histórico muito específico, intimamente ligado ao desenvolvimento industrial, ao crescimento populacional, ao adensamento das áreas urbanas, à luta pelos direitos sociais e trabalhistas, ao avanço médico e à saúde pública, a novas tecnologias construtivas, entre diversos outros fatores.

Pensa-se, aqui, a cidade como um elemento histórico, que ocupa um tempo e um espaço. O fato de os seres-humanos agruparem-se em locais específicos traz, em si, um complexo emaranhado de elementos que embasam a vida em sociedade e diversos outros fatores que determinam o processo histórico da humanidade. A cidade, em suas diversas composições, sempre foi palco de eventos históricos, pelo fato básico de que é na cidade em que a humanidade compartilha suas ambições, informações e conflitos.

Neste sentido, a cidade industrial é um fato histórico ainda mais marcante: ela constitui um novo panorama contextual e gera, incessantemente, novas realidades e conflitos, surgindo num processo bastante complexo, num contexto de mudança de paradigmas sociais, econômicos e culturais. A indústria em si já constitui um complexo processo histórico, uma vez que traz consigo drásticas mudanças nas práticas humanas e no processo produtivo. Junto à indústria, temos a velocidade, o consumo e a economia capitalista, novas relações de trabalho, o avanço tecnológico, entre outros fatores: todos colocaram à prova nossos padrões sociais e culturais. O avanço da medicina trouxe o aumento da expectativa de vida, juntamente com o aumento exponencial da população mundial. Cada vez mais pessoas se aglomeravam em centros urbanos, tornando-os altamente densos e, principalmente, populados por grandes massas da classe trabalhadora, que buscavam na indústria suas condições de sobrevivência e viviam em cortiços das grandes cidades, em meio à sujeira e às doenças.

É basicamente sobre este quadro que se desenha o nascimento do urbanismo: a necessidade de desenvolvimento de uma ciência que compreendesse a cidade como um organismo vivo, constantemente mutável. Se os pobres adensavam as cidades em condições de vida subhumanas, lutavam por seus direitos, buscando melhores condições, apenas causavam à cidade (e à economia) um caos preocupante. É frente às barricadas de Paris que o urbanismo ganha sua força, diante à necessidade de manipular a cidade: conhecer para dominar. E é neste contexto, também, que o urbanismo se mostra um ato político. Durante a segunda metade do século XIX, sob o comando de Napoleão III, Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris, lidera um massivo projeto de renovação urbana, aplicando um novo desenho sobre a cidade e sustentado pelo poder público, causando uma série de demolições e desapropriações, preocupados mais com o desenho da cidade que com os habitantes dela. As ações de Haussmann transformaram as ruas estreitas e sujas de Paris, que facilitavam a difusão de doenças e a criação de barricadas em atos de revolta pública, num ambiente repleto de bulevares arborizados, ruas largas, bem arejadas e ensolaradas e, principalmente, visíveis: tudo o que ocorria nas ruas era visto, nada mais em Paris estava oculto. Este processo transformou uma cidade, antes caótica, num desenho organizado onde o governo podia exercer seu poder de forma estratégica e planejada.

Se o urbanismo, como ciência da cidade, desenvolveu-se diante da necessidade de melhorar as condições de vida, em respeito à saúde pública e à organicidade dos centros urbanos, o planejamento urbano sustentou-se no conhecimento urbanístico para dar à cidade organização e visibilidade, e garantir o crescimento saudável dos centros urbanos. As ações de Haussmann em Paris representam um exagero do poder público sobre a cidade, ao mesmo tempo em que transparecem o viés político do planejamento urbano. Mais tarde, no início do século XX, os urbanistas modernistas seriam precursores em desenhar a cidade pautados no raciocínio humano e no conhecimento científico. As cidades passam a ser pensadas como um organismo vivo e em crescimento, onde nenhum movimento ocorre sem efeitos colaterais. O urbanismo modernista dá, então, uma nova cara às cidades, preocupando-se com os efeitos que a própria cidade industrial gera: a raridade do espaço livre e o aumento do valor do espaço; o encurtamento de distâncias causado pelas altas velocidades e o espaço ocupado pelo automóvel; a poluição causada pela indústria; entre diversos outros fatores. O fato é que o urbanismo trata de processos de longo prazo e de longo alcance, e só pode ser aplicado se estiver protegido pelo poder público: assim, o urbanismo (como ciência) e o planejamento urbano (como ação política) atuam um sobre o outro, reciprocamente.

Neste sentido, o caso de Curitiba tem especial importância pois, a partir da década de 1960 a cidade passou a ser reconhecida como modelo de cidade planejada, mantendo este título até, pelo menos, o final do século. Este fato está intimamente ligado à longa linhagem de mandados de um mesmo grupo político na prefeitura da cidade, fato que facilitou o gerenciamento de processos de longo prazo, como o planejamento urbano, favorecido na ausência de conflitos político-partidários.

O mesmo quadro político do poder executivo da cidade permaneceu no poder por, praticamente, quarenta anos, quase sem interrupções; juntamente, o poder legislativo, favorável ao poder executivo, permaneceu eleito durante todo o período. A permanência de uma mesma linha partidária e ideológica no poder público facilitou que o planejamento urbano fosse prioridade durante mais de três décadas, fator ainda mais valorizado pelo fato de que o poder executivo esteve, durante quase toda a segunda metade do século XX, ocupado por engenheiros civis, arquitetos e urbanistas.

Assim, se o planejamento urbano é um ato político, e Curitiba apresenta um caso de sucesso devido ao seu histórico político, é importante analisar o quadro

político curitibano com mais detalhamento. No segundo capítulo deste trabalho aborda-se o quadro político da cidade de Curitiba durante o período entre a década de 1960 e o ano 2000, buscando estabelecer um panorama de análise sobre as relações possíveis entre o contexto político e o planejamento urbano na cidade.

A análise do perfil pessoal dos políticos que ocuparam cargos de poder entre os anos de 1960 e 2000, tanto na prefeitura da cidade quanto no governo do estado demonstra, por exemplo, a relação íntima de Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, prefeito da cidade de Curitiba por três mandatos (1971-1975, 1979-1984, 1989-1992), governador do estado do Paraná por dois mandatos (1995-1999, 1999-2003), com o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), órgão do qual foi presidente nos anos 1969 e 1970. A relação entre o poder público e o planejamento urbano foi, então, intensificada na cidade de Curitiba pelo fato de que o poder público era dirigido por urbanistas, facilitando a relação entre o poder executivo e os planejadores urbanos do IPPUC, fato que constituiu terreno fértil ao planejamento eficiente da cidade.

Neste sentido, torna-se necessário um exercício de diálogo entre o processo de urbanização de Curitiba, sob o título de cidade modelo em planejamento urbano, e sua realidade política e econômica, além de analisar o aparato legislativo que orientou o planejamento urbano na cidade. Analisa-se, neste trabalho, o quadro dos vereadores eleitos durante o período entre os anos 1985 e 2000, num comparativo com o poder executivo atuante na época. Percebe-se que, assim como o poder executivo foi ocupado durante praticamente quarenta anos pelo mesmo quadro partidário (entre os anos 1960 e 2000), o poder legislativo também permaneceu praticamente inalterado em grande parte de sua composição. Além disto, a maioria das cadeiras da Câmara Municipal, durante o período eram ocupadas por políticos favoráveis ao governo municipal, fato que favoreceu a aplicação prática do planejamento urbano devido à facilidade de aprovar projetos de lei, estando entre estes projetos a revisão do Plano Diretor da Cidade de Curitiba, a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (Lei nº9800/2000), e o Decreto nº190/2000, todos projetos votados e aprovados simultaneamente no ano 2000 e analisados neste trabalho.

O estudo sobre o aparato legislativo parte da análise do decreto 190/2000, colocando-o em contraponto com a legislação urbana de outros períodos para a mesma cidade. Busca-se, também, compreender quais interesses estavam sendo atendidos com o desenvolvimento e aplicação da legislação urbana.

Este trabalho consiste, portanto, numa análise da legislação urbana de Curitiba, imergindo-a em seu contexto histórico e buscando dialogar com as relações políticas, sociais e econômicas envolvidas com o planejamento da cidade. O Decreto nº190/2000 constitui o foco principal do estudo, estando intimamente ligado ao Plano Diretor da Cidade de Curitiba e a Lei de Zoneamento e Uso do Solo, ambos os projetos revisados no ano 2000, juntamente ao decreto. Diversas informações importantes foram conseguidas através de arquivos do IPPUC, tanto como arcabouço teórico, a partir de publicações de análise e diagnóstico da cidade, quanto como base de dados estatísticos, a partir de levantamentos realizados pelo órgão desde sua criação, a fim de compreender melhor os diversos níveis da cidade, seja nos aspectos urbanísticos, econômicos ou sociais; e registros de eleições municipais disponibilizados pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná. Também utilizou-se de vasta bibliografia sobre o assunto, tanto de livros teóricos sobre o urbanismo, incluindo livros de relevante papel na história do urbanismo, quanto de livros escritos por políticos atuantes na época ou críticos e analistas políticos, que ajudam a compreender fatores implícitos na vida política da cidade.

O trabalho busca contribuir para a compreensão dos aspectos políticos e econômicos que determinam o planejamento urbano. Em busca de explorar e expor o viés político e econômico do planejamento urbano, este estudo explora relações mútuas entre o poder público, o conhecimento acadêmico e o interesse privado, que se influenciam uns aos outros gerando uma complexa rede de relações presentes no cotidiano da cidade e que tornam o planejamento urbano um processo deliberativo, não neutro, que atende a determinados interesses da sociedade, enquanto oblitera e ignora outros, deixando de atendê-los.

A análise do caso específico de Curitiba auxilia na compreensão de diversos fatores inerentes ao planejamento urbano, mostrando-o como um processo histórico. É visível que o planejamento urbano de uma cidade é um processo lento, que atinge e envolve diversos níveis de conhecimento e de poder. O caso de Curitiba, portanto, constituiu um terreno fértil para um planejamento urbano que, talvez não necessariamente tenha sido eficiente em termos urbanísticos, mas com certeza atendeu eficazmente a determinados interesses econômicos e sociais, devendo ser compreendido como um processo histórico específico, sustentado por uma série de conjunções que permitiram a aplicação prática do planejamento urbano durante um longo período de tempo.

Não apenas o poder executivo que, durante praticamente quarenta anos foi ocupado pelos mesmos políticos e partidos, também o poder legislativo foi favorável a um processo de renovação da cidade, facilitando a aplicação gradativa e um plano eficiente para a cidade, ao mesmo tempo em que respondiam a interesses de classes específicas, com a valorização de determinadas regiões da cidade, e o alto adensamento e valorização comercial dos setores estruturais, que hoje trazem diversos inconvenientes para a cidade, como problemas de tráfego de veículos, saúde pública e a recente supervalorização dos imóveis da cidade. Este estudo contribui, portanto, para uma análise sobre o contexto político e econômico da cidade de Curitiba, vinculado não apenas à questão do planejamento urbano, mas a diversas problemáticas sociais, econômicas, políticas e culturais que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas à questão urbana ou influenciados por ela.

2 UM PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO

2.1 COMPREENDENDO O CONCEITO DE CIDADE

A cidade representa, historicamente, a necessidade humana de viver em grupo. Poderíamos dizer que o homem tem um impulso em viver em convívio, próximo dos de sua espécie, e foi através deste impulso que os homens passaram a viver próximos uns dos outros, estabelecendo-se em locais específicos, compartilhando informações, saberes, e práticas. Um rápido olhar sobre a história da evolução humana nos mostra que a cidade não foi o primeiro passo neste impulso de viver em conjunto: primeiro os nômades, depois os sedentários. De toda forma, falamos em cidade, aqui, num sentido mais amplo: a cidade representa a forma como as sociedades se organizaram através dos tempos, ela é, mais do que um espaço físico, um registro histórico e sociológico de alta relevância. Segundo Leonardo Benevolo (BENEVOLO, 2009, pp13-14):

A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade. A distinção é importante pelo motivo prático de que a situação física de uma sociedade é mais durável do que a própria sociedade e pode ainda ser constatada - reduzida a ruínas ou funcionando - quando a sociedade que a produziu já desapareceu há muito tempo.

A forma física corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas - movendo-se no cenário da cidade ou, melhor ainda, nela residindo - além de serem reconstruídas na prancha.

Benevolo, neste trecho, refere-se ainda à cidade em sua característica física, mas nos abre um caminho muito importante, que nos leva a compreender a cidade em seus diversos aspectos: olhar para a cidade como uma fonte que jorra informações a respeito das sociedades que as construíram e das sociedades que por elas passaram. Neste sentido, eu iria além, e diria que mesmo os nômades constituíram cidades: por onde passaram deixaram vestígios de ocupação, mesmo que temporária, como artefatos líticos, por exemplo, que hoje constituem, talvez, os únicos indícios históricos destes povos. São as “cidades” acidentalmente (ou não acidentalmente), construídas por estes povos que fundamentam diversos estudos sobre a evolução

humana e a ocupação dos continentes. E é a partir disto que deveremos compreender o conceito de cidade se quisermos tratá-la sob um olhar histórico. Assim, cidade é todo indício de ocupação humana, de interferência humana no ambiente; indícios que nos falam a respeito da organização das sociedades.

Este prelúdio especulativo é necessário para estabelecermos o conceito de cidade que embasará este trabalho. Compreendendo isto, tratamos cidade e sociedade de maneira tão estreita que quase a entendemos num só termo: as sociedades e as cidades não podem ser dissociadas uma da outra.

Toda sociedade tem, impregnado em sua estrutura, um complexo jogo de conflitos, interesses, desigualdades, poderes e hierarquias. Na medida em que o homem interfere em seu meio ambiente, inscreve no espaço as características de sua sociedade. Tudo o que o homem provoca no meio físico tem uma razão simbólica ligada à sua cultura e à sociedade a qual pertence. É assim que, por exemplo, os gregos escolhiam lugares altos para construir seus templos, enquanto no medievo cristão as catedrais ocupavam locais centrais nas cidades e cresciam verticalmente, apontando para o céu e destacando-se na paisagem. Da mesma forma o aparecimento de favelas mostra-se um espelho da desigualdade reinante na sociedade de consumo. A interferência do homem no espaço não ocorre por acaso, e é papel do historiador compreender como se constróem esses espaços, o que eles significam para as sociedades que ali viveram, e quais características destas sociedades podem ser explicitadas a partir do espaço.

Por fim, resta uma última observação: como disse Benevolo no trecho destacado acima, as cidades, em seu aspecto físico, podem ser mais duráveis que as sociedades que a construíram, e podem ser ocupadas por outras sociedades, que farão outros usos destes espaços já construídos, usos distintos de sua função original. Podemos ilustrar isto com um exemplo utilizado por Rafael Cardoso (CARDOSO, 2013, p49), em que diz a respeito do cartão postal dos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro:

Originalmente, portanto, os Arcos foram concebidos como aqueduto. [...] hoje servem como viaduto - caminho para o pitoresco bondinho que conduz seus passageiros para o bairro de Santa Teresa, passando por cima dos Arcos. De aqueduto para viaduto: é uma mudança e tanto de função! Essa transição ocorreu no ano de 1896, quando a antiga estrutura do aqueduto, caído em desuso, foi aproveitada para colocar os trilhos do então novíssimo bonde elétrico.

Neste sentido, é essencial para o historiador entender que a cidade ocupa um lugar no espaço, mas pode ocupar vários lugares no tempo, na medida em que suas mesmas estruturas podem sofrer novas intervenções humanas. Particularmente nas cidades da sociedade industrial isto ganha um novo significado, já que a sociedade vive sob os constantes avanços tecnológicos e o crescimento demográfico: além de as cidades ficarem cada vez mais populosas, inovações tecnológicas e avanços científicos tornam obsoletas diversas estruturas urbanas. Na impossibilidade de se desfazer destas estruturas, uma vez que os efeitos sociais e econômicos seriam catastróficos, as cidades buscam fazer novos usos destes espaços. É assim que se apresenta, hoje, a tendência em transformar ruas em calçadas, ciclovias ou faixas exclusivas para ônibus, frente aos impactos causados pelo automóvel. As cidades devem, sempre, se reinventar.

Para uma análise mais científica desta reinvenção constante das cidades, vale recorrer ao conceito de *Inflexão Urbana*, apresentado pelos professores Fábio Duarte e Clóvis Ultramari (DUARTE, 2009, p. 23):

Por *Inflexões Urbanas* entendem-se alterações ocorridas nas cidades [...], e que não permitem uma volta a um estado anterior. Normalmente ocorrem em curto intervalo temporal, ao contrário de mudanças cumulativas tradicionalmente ocorridas em períodos mais longos; mesmo que haja inflexões processuais, é possível identificar um momento decisivo que a despertou, e um outro momento que caracteriza inquestionavelmente o novo estado.

Os professores abordam em sua obra a limitada condição das cidades em flexibilizar suas estruturas. As estruturas urbanas são concretas e, uma vez destruídas, afetam milhares de pessoas, tornando as ações economicamente e socialmente desastrosas. A crítica dos professores, que será bastante abordada no decorrer deste trabalho, recai sobre ações de políticas públicas que, num curto período de tempo permitem intervenções urbanas que podem ser, a longo prazo, irreversíveis. Podemos citar como exemplo políticas de incentivo que permitem maior densidade em determinadas regiões da cidade, o que, com o passar do tempo podem se mostrar um problema, já que muitas pessoas compartilharão um espaço limitado.

É nesta linha de raciocínio que este trabalho se desenvolveu: compreender, a partir de um estudo de caso, que aspectos da sociedade capitalista podemos compreender através de políticas públicas de intervenção na cidade, a quais

interesses e motivações essas políticas atendem, e quais os efeitos que elas provocam nas cidades e em sua população.

2.2 A GÊNESE DO URBANISMO

Falar em cidade não necessariamente é falar em urbanismo. O urbanismo é um evento histórico, está intrinsecamente ligado a um contexto. Embora possamos citar cidades planejadas em tempos mais antigos, a exemplo de Veneza, o urbanismo corresponde à sociedade industrial. Foram os efeitos que a sociedade industrial causou nas cidades que exigiu a racionalização dos espaços, era necessário compreender a cidade em uma visão global. Mais do que isto, era necessário compreender a cidade como um organismo vivo, pulsante. Cidades cada vez mais cheias: cheias de doenças, de revoltas, de greves, de pobres. O urbanismo curaria tudo, ele compreenderia as limitações, os defeitos, e as potencialidades da cidade. Planejar a cidade era permitir que ela crescesse paralelamente à lógica capitalista: cidades mais ricas, mais populosas, mais rápidas.

Como define Françoise Choay (CHOAY, 2013, p.2):

De fato, a palavra “urbanismo” é recente. G. Bardet remonta a sua criação a 1910. O dicionário Larousse define-a como “ciência e teoria da localização humana”. Este neologismo corresponde ao surgimento de uma realidade nova: pelos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica.

E convém citar Gaston Bardet, para complementar, comentado por Choay no trecho acima (BARDET, 1990, p.8):

O aparecimento do urbanismo entre as ciências, e dos urbanistas entre os pesquisadores, foi portanto a consequência de novos problemas colocados por fenômenos cuja amplitude quase não conhecíamos exemplo na história. É necessário não confundir as grandes realizações da *Arte Urbana*, que resolveu magistralmente problemas que não eram nem da mesma escala, nem da mesma complexidade, nem da mesma substância que os nossos, com as soluções do *Urbanismo*, hoje necessárias.

Mas as cidades da sociedade industrial são repletas de desigualdades, abismos sociais. Planejar cidades industriais é atender interesses específicos e, conseqüentemente, obliterar realidades. Ainda segundo Françoise Choay (CHOAY, 2013, p.1):

A sociedade industrial é urbana. A cidade é seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais. A sociedade industrial tem especialistas em planejamento urbano. No entanto, as criações do urbanismo são, em toda parte, assim que aparecem, contestadas, questionadas. Das superquadras de Brasília aos quadriláteros de Sarcelles, do fórum de Chandigarh ao novo fórum de Boston, das *highways* que cortam São Francisco às grandes avenidas que rasgam Bruxelas, são evidentes a mesma insatisfação e a mesma inquietude.

O urbanismo é um efeito da sociedade industrial, está localizado no tempo e no espaço. Não há como conceber o urbanismo fora da lógica capitalista. Assim, se os problemas que o urbanismo se propôs a resolver foram criados pela sociedade industrial, convém nos questionarmos: eram problemas para quem?

Como tudo na história, o urbanismo surge sobre uma complexidade de eventos e ocorrências, de conjunturas, de processos históricos. Além da explosão demográfica nas cidades, que, segundo Bardet (BARDET, 1990, p.7), triplicou de volume em três gerações, onde as populações se aglomeraram a serviço da indústria, também floresceram novas ciências. No fim do século XIX ascende a Escola Sociológica Francesa, a geografia atende ao nome de geopolítica, afirma-se a estatística e, conseqüentemente, desenvolvem-se métodos visando classificar, organizar e contar grandes números. Paralelamente, vale considerar a ascensão do saber médico durante o século XIX, que passa a compreender melhor as causas e curas de doenças, lutando para desenvolver uma humanidade mais sã.

A realidade das cidades, no século XIX, descrevia-se em espaços repletos de multidões, a exemplo do que a literatura de Dickens e Beaudelaire nos mostram. Se a indústria causou aglomerações colossais de pessoas nos centros urbanos, também causou conflitos e doenças, resultado das multidões. Ruas estreitas e casas amontoadas preenchiam o cenário urbano. Faltava ar para respirar e espaço para caminhar. Se a exploração da mão de obra operária gerava revolta, durante as greves e motins não era difícil criar barricadas, trancar ruas e provocar tumultos. Pelas ruas estreitas e os esgotos a céu aberto, as doenças dos pobres atingia as elites. Não era um cenário agradável, e foi basicamente sobre este quadro que o urbanismo se afirmou: planejar espaços para garantir a saúde pública e evitar as revoltas populares. Portanto, o urbanismo tem suas fundações essencialmente na burguesia capitalista.

A respeito das políticas de urbanização, tem talvez seu maior ícone nas ações dirigidas por Haussmann em Paris. Na década de 1850 Paris sofre uma reforma total,

troca de face, cirurgia plástica que a torna irreconhecível diante de seu passado. Sob os comandos de Luís Napoleão e sob a coordenação de Haussmann, “urbanizou-se” Paris. Para que o projeto se concretizasse, Haussmann possibilitou uma “ignorância financeira” (FERRY, 1868), não se preocupou com as despesas e, estas, foram expressivas. Mas se os esforços foram tantos, se a urbanização impôs-se de maneira tão inexorável, o que ela visava? Urbanizar para quê?

Para o historiador Antoine Picon (PICON, 2001) a urbanização tem efeitos e objetivos, sobretudo, econômicos. Ela visa a circulação (das pessoas, mercadorias, carros, ar e água). Segundo ele, a urbanização visa construir uma cidade máquina: nela reina em absoluto o domínio da razão técnica. A urbanização aqui só é possível pelo avanço da ciência da engenharia, e seus olhos sempre estiveram voltados para uma otimização da cidade como corpo econômico, como máquina, no sentido puramente industrial, onde tudo é medido e dominado pela razão humana para aproveitar ao extremo seu funcionamento. Citando Picon (PICON 2001, p.71), com o advento do sistema capitalista e da indústria foi preciso que

à cidade irregular legada pela Idade Média e pela época clássica, deveriam suceder entidades urbanas concebidas segundo uma geometria rigorosa, destinada a facilitar a circulação dos homens e das mercadorias.

Complementando Picon, poderíamos citar o historiador e arquiteto italiano Paolo Sica (SICA, 1981) Para este, a urbanização haussmanniana de Paris foi um “fenômeno de cima”. Partiu das mãos de Napoleão III, que, representando os interesses da burguesia, após a Revolução de 1848 que revelou a ameaça operária, utilizou-se de diversos instrumentos para afirmar e fortalecer a classe burguesa dominante. Estes instrumentos mais eficazes de gestão pública incluíram uma transformação integral da cidade, que partiu de uma série de reivindicações de um novo aparelho legislativo em função de uma política urbanística concreta, que apontava para os riscos de epidemias, que se expressaram na epidemia de cólera de 1832, e propunham, de início, um prolongamento da rua de Rivoli desde o Louvre até a Bastilha.

Napoleão estaria, na ótica de Sica, respondendo às necessidades da burguesia que representava. Seus projetos visavam ampliar o poder da burguesia e neutralizar as ameaças da multidão e do operariado. O projeto de urbanização, portanto, teria esta finalidade. Após a Revolução de 1848, Napoleão III deveria se preocupar em

evitar que o evento se repetisse, que o domínio burguês fosse ameaçado novamente. Uma reorganização da cidade alcançaria este objetivo, e, sob os cuidados de Haussmann, as ruas seriam alargadas e as curvas seriam abolidas. As casas construídas de maneira desordenada são destruídas para a instalação de bulevares. As ruas largas permitem que todos possam ser vistos, e toda a cidade está interligada. Não existem mais becos, e a população torna-se uma espécie de “ex-multidão”, ou uma multidão vigiada. A burguesia é separada, geograficamente, do operariado. O espaço de trabalho é distinto do espaço de residência. E existe, ainda, um terceiro espaço: o de lazer. Tudo, sob a análise de Paolo Sica, para controlar a ameaça operária e manter intacto o poder burguês.

Se aplicarmos o olhar foucaultiano à Paris haussmanniana, poderíamos dizer que todo o processo de urbanização estava ligado ao controle da burguesia sobre o povo. Antes, multidões desconhecidas, espaços complexos, locais inacessíveis, ocultos aos olhos do poder. Depois, multidões classificadas, sempre visíveis, controladas. Paris foi transformada num panóptico urbano: um homem postado em cima do Arco do Triunfo poderia ver por completo todos os boulevares que levavam até ali, ou que dali partiam. Tudo era visto, tudo era controlado.

Paris é um exemplo muito claro do que passa a cidade urbana na sociedade industrial. Nesta cidade, agora organizada, inteligível, o poder do Estado pode deitar-se plenamente, e fortalecer-se. O espaço passar a ser uma forma efetiva do poder capitalista, e torna-se necessário analisar a cidade sob um olhar científico, compreendê-la, dominá-la. No início do século XX, levado pelas correntes do movimento modernista, o urbanismo se afirma no modelo do urbanismo modernista, modelo que irá ser seguido por todo o Ocidente durante todo o decorrer do século e pelo início do século XXI, estando ainda hoje presente nos planejamentos urbanos. Tendo seus maiores expoentes nos nomes de Mies Van der Rohe e, principalmente, Le Corbusier, o urbanismo modernista se expressa em seu manifesto conhecido como Carta de Atenas, resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas em 1933.

O urbanismo modernista classifica as cidades através de sua funcionalidade. Dividir a cidade em zonas funcionais: trabalhar, morar, circular e cultivar o corpo e o espírito. Aqui a preocupação se deslocava do controle das massas para a otimização da cidade como máquina social. Percebia-se que não seria possível ignorar o efeito orgânico das cidades: com os avanços tecnológicos, a ambição da indústria capitalista

e o aumento da expectativa de vida, as cidades se enchem exponencialmente de pessoas e de máquinas. O planejamento urbano virou seus olhos do controle da população à necessidade de manter a cidade funcionando. À parte o aporte ideológico da Bauhaus, onde a forma segue a função, as cidades nas mãos dos urbanistas modernistas modificavam-se para acolher o automóvel, a velocidade, e massas populacionais cada vez mais numerosas. É neste contexto que se decide construir verticalmente, otimizando o espaço urbano que, aliás, torna-se cada vez mais valioso.

Se na Paris de Haussmann a urbanização ocorreu de forma radical, e verticalmente, sendo imposta ao espaço e à população, no século XX o urbanismo torna-se mais consistente, assentado na realidade mutável e crescente das cidades. Entre os pensadores urbanistas revelava-se a preocupação com o bem-estar social, a saúde pública e o desenvolvimento humano e tecnológico. Gradativamente, racionalizava-se o espaço urbano, mapeava-se a cidade em sua realidade atual e pensando em seu potencial de crescimento. Sobre o mapa urbano, traçaram-se não mais apenas ruas e praças, mas espaços reservados a um ou outro tipo de atividade humana, ruas que suportariam um ou outro tipo de transporte, espaços compartilhados, espaços de uso público, etc. Planejar a cidade passa a significar, mais que um meio de poder, uma necessidade para mantê-la funcionando.

As grandes cidades passam a investir no planejamento urbano através de legislações específicas, que determinam não apenas o que pode ser construído, e onde pode ser construído, mas também que tipos de usos podem ser feitos nestas construções e qual a densidade populacional que ocupará cada região da cidade. Órgãos específicos de planejamento urbano e controle do crescimento da cidade são fundados, a fim de manter sob vigilância e poder do Estado o desenvolvimento das cidades e, sobretudo, o poder de decidir os rumos de desenvolvimento do meio urbano.

As limitações impostas ao desenvolvimento da cidade passam a ser exploradas pela especulação imobiliária e pela lógica capitalista. Construir torna-se cada vez mais custoso, o espaço torna-se cada vez mais valioso, e novamente o abismo da desigualdade social torna-se visível. Pessoas continuam migrando às cidades em busca de emprego no universo industrial capitalista e se assentam nos locais onde a terra tem pouco ou nenhum valor. Estes locais são desde áreas de desinteresse dos poderes público e privado, distantes dos centros urbanos, onde o acesso torna-se custoso, até áreas próximas aos centros urbanos, mas com baixas condições de

moradia. O que ocorre é que, mesmo que estas áreas sejam incorporadas aos projetos de planejamento urbano, na prática elas passam a receber pouco ou nenhum auxílio do poder público. Periferias, favelas e guetos, onde as maravilhas do urbanismo não chegam, demonstram as verdadeiras preocupações do planejamento urbano na cidade industrial. Mais uma vez se colocam em questão os verdadeiros efeitos do urbanismo: o urbanismo é histórico, tem seu contexto; o urbanismo é industrial, e segue a lógica capitalista. Urbanizar é tornar as cidades mais eficientes economicamente, atender às demandas do capitalismo potencializando as chances de crescimento. Logo, urbanizar é atender interesses específicos, e negligenciar outros.

2.3 O URBANISMO EM CURITIBA

Curitiba sempre esteve acostumada à expansão populacional. Se na virada do século XIX para o século XX a cidade recebeu grandes levas migratórias de europeus, desde a década de 1950, acolhe um grande número de migrantes vindos do interior do estado e de outras regiões do país, resultado da industrialização urbana e da modernização agrícola. Apesar dos crescentes números nas estatísticas demográficas da cidade, Curitiba vem sendo tratada, perante o Brasil, e até internacionalmente, como um modelo positivo de planejamento urbano, recorrentemente associado ao crescimento sustentável e às soluções de mobilidade urbana. Mas a que se deve este sucesso?

As ações de planejamento, alteração e modernização do cenário urbano em Curitiba vêm de longa data, sendo que já em 1903 iniciou-se o processo de hierarquização do uso do solo, revisado em 1930, mas trataremos aqui apenas de planejamento urbano no momento em que esteve relacionado ao interesse de institucionalizar o urbanismo em Curitiba, e regulamentar o planejamento através de um aparato legislativo voltado à ocupação e uso da cidade e a um planejamento global e progressista. Assim, o primeiro marco histórico no planejamento urbano de Curitiba se dá em 1942, quando, através de uma empresa paulista escolhida pela prefeitura curitibana, Alfred Agache, arquiteto francês que já havia desenvolvido planos de modernização para as cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, propôs o primeiro plano diretor para a cidade de Curitiba.

Explicitamente ligado à visão do movimento modernista, o projeto de Agache dividiu a cidade em zonas funcionais: um centro comercial, um centro administrativo (Centro Cívico), uma cidade universitária (Centro Politécnico), um setor militar (complexo da base aérea do Bacacheri) e um centro de abastecimento (Mercado Municipal, construído na década de 1950). Além disto, o Plano Agache previa um crescimento radial, reestruturação viária e medidas de saneamento. Em decorrência do Plano Agache, é aprovada a primeira Lei de Zoneamento da cidade, em 1953. A aplicação prática do projeto de Agache ocorreu de forma parcial, gerando uma série de consequências negativas para a cidade, valendo destacar: loteamentos clandestinos, inundações frequentes no centro da cidade e déficit de unidades habitacionais (OLIVEIRA, 2000, pp.74-75).

Frente a estes problemas, o recém criado curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná, em 1960, passou a difundir uma nova postura diante do planejamento urbano, caracterizada pela “percepção da necessidade de um trabalho interdisciplinar e da institucionalização da prática do planejamento urbano” (OLIVEIRA, 2000, p.75). Logo no início da década de 1960, diante de um pedido de financiamento da prefeitura para a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar) para obras de recuperação e de instalação de um distrito industrial, a Codepar recusou-se a estudar os pedidos sem que fossem apresentados estudos que inserissem as obras num plano geral de urbanismo. Assim se daria a elaboração do primeiro plano diretor efetivo da cidade, através de uma concorrência nacional entre empresas de arquitetura e urbanismo.

O plano diretor vencedor da concorrência foi proposto pela empresa Serete, de São Paulo, associada ao arquiteto Jorge Whilhem, e transformado em lei em 1966. Então chamado Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), o plano foi posto em prática em 1971, sendo implantado definitivamente no início da década seguinte. Não foram feitas grandes alterações no plano nas décadas que se sucederam. Junto à implantação do PPU, dá-se outro marco histórico de grande relevância no urbanismo da cidade: cria-se o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 1965, para detalhar e acompanhar o plano proposto pela empresa Serete.

Resumida em poucas linhas, a história formal do urbanismo curitibano nada tem de excepcional, sempre inserida num contexto global. Durante todo século XX o planejamento urbano tornou-se uma questão internacional, já que as grandes cidades lidavam, sempre, com os avanços tecnológicos, a dominação da indústria e o

crescimento demográfico. Enquanto Curitiba investia no planejamento racional e estratégico da cidade, diversas outras capitais, no Brasil e fora dele, também buscavam no urbanismo a resolução de diversos problemas sociais e econômicos, utilizando-se, inclusive dos mesmos artifícios de planejamento urbano: desenvolvimento de planos diretores de planejamento geral, controle de uso do solo, fracionamento da cidade, descoberta de uma ou mais vocações específicas para a cidade, regulamentação do planejamento urbano. Mesmo a criação do IPPUC não é um evento isolado, já que muitas cidades, durante a década de 1960 incentivavam a institucionalização do planejamento urbano. Convém atentar para o período em que estas mudanças ocorrem na cidade, contexto em que o Brasil era governado pelo autoritarismo militar, que via no sucesso da grande cidade um monumento ao avanço econômico da nação, além de compreender o mapeamento estratégico da malha urbana como um meio eficiente de controle social. Vale citar Nelson Rosário de Souza (SOUZA, 2001, p.107):

A modernização urbana de Curitiba se fez num contexto nacional de ascensão das forças burocrático-militares e de fortalecimento da ideologia do planejamento racional e, especialmente, da crença no poder da Arquitetura e do Urbanismo no ordenamento do espaço e na (trans)formação do comportamento das camadas mais pobres da população.

Portanto, se o planejamento urbano de Curitiba está inserido em um contexto global, nada tendo de excepcional, o que deu à cidade o título de cidade modelo? O que deu a Curitiba vantagens em relação a outras cidades, e levou seu plano diretor a ser considerado eficiente e funcional?

Afora o icônico sistema de transporte público, reconhecido mundialmente, implantado na gestão de Jaime Lerner, a cidade é reconhecida pelo crescimento sustentável, representada sobretudo pela grande quantidade de parques e áreas verdes e pela boa aplicabilidade das leis urbanísticas, que controlam efetivamente o crescimento da cidade e o desenho da malha urbana. No entanto, o sucesso das ações urbanísticas da cidade está intrinsecamente ligado ao favorável quadro político, conforme demonstra Dennison de Oliveira (OLIVEIRA, 2000, p.81):

Nesse sentido, o caso de Curitiba é, de longe, o mais favorável. Um único prefeito (Jaime Lerner) ocupou o cargo durante três gestões (1971-1975, 1979-1983, 1988-1992) e um dos seus sucessores, Saul Raiz (1975-1979) era totalmente identificado com o propósito de implementação do plano diretor da cidade. Só aí já foram dezesseis anos, doze dos quais ininterruptos,

de administrações de conteúdo semelhante ou idêntico. Alias, mesmo o prefeito de oposição, Maurício Fruet (1983-1985, do PMDB), pouco conseguiu fazer para marcar diferenças com relação a seus antecessores no que diz respeito ao trato das questões afetas ao planejamento urbano. Sua contribuição foi ampliar o leque de componentes que formavam o equacionamento das questões urbanísticas: ao tradicional uso do solo, zoneamento e sistema viário, foram adicionados aspectos sociais, econômicos, ambientais, e administrativos para se estabelecer as diretrizes do PMDU (sic). Tal prática implicava muito mais em preservar do que em rever aquilo que já havia sido implementado. Finalmente, ele nomeou um dos quadros mais antigos do IPPUC (e, portanto, mais identificados com o plano diretor) para o cargo de presidente da instituição.

A única ruptura de significação na abordagem das questões afetas ao urbanismo ocorreu com a gestão do primeiro prefeito eleito da capital desde o início da ditadura militar: a de Roberto Requião, do PMDB. Mas ele foi sucedido novamente por Jaime Lerner que, por sua vez, conseguiu fazer seu sucessor. Dessa forma, suas políticas alternativas tiveram escassas possibilidades de sobrevivência.

Dennison de Oliveira destaca problemas semelhantes em cada implantação de planos diretores em diversas cidades no Brasil, todos relacionados a uma mesma variável: o tempo. Em primeiro lugar, o autor destaca que “a formulação e detalhamento de um plano diretor leva, geralmente, uns dois anos - no mínimo.” (OLIVEIRA, 2000, p.76) Este tempo corresponde a metade de uma gestão de administração municipal, colocando tensões a respeito “ao atendimento de demandas sociais no curto prazo que conflitam, ou podem vir a conflitar, com o futuro plano.” (OLIVEIRA, 2000, p. 76) O segundo aspecto citado pelo autor é o fato de que as obras físicas referentes ao plano exige “um montante de recursos e um período de maturação que, via de regra, extrapolam tanto a duração de um mandato de prefeito municipal quanto os recursos para investimentos de que este pode dispor.” (OLIVEIRA, 2000, p. 76). Em terceiro lugar, o autor argumenta que “sempre se requer um período de adaptação das estruturas administrativas vigentes às demandas de uma atuação pautada pelo planejamento urbano enquanto processo.” (OLIVEIRA, 2000, p.77)

Como todos os problemas estão associados à variável tempo, podemos agregá-las a um problema central: conflitos de ordem político partidária. Como a implantação efetiva de um projeto urbanístico ocorre a longo prazo, extrapolando o período da gestão, mesmo que em dois mandatos seguidos, há sempre o risco de a administração pública passar às mãos da oposição, rompendo o processo de adaptação e efetivação do planejamento urbano. É neste sentido que Curitiba, frente a outras cidades, teve um quadro político muito favorável ao planejamento urbanístico,

já que, por muitos anos a administração pública esteve sob o poder de uma mesma aliança partidária. Convém citar, atualizando a obra de Dennison de Oliveira, que, sucedendo Jaime Lerner, assumiu a administração municipal o prefeito Rafael Greca de Macedo (1993-1996) e Cassio Taniguchi, em dois mandatos (1997-2000, 2001-2004), completando um ciclo de quase meio século de administração pública de uma mesma aliança partidária, que ainda simpatizava com a implantação do plano diretor.

Mas em contraste com o sucesso da urbanização curitibana, a realidade da capital paranaense demonstra, no desenho de sua malha urbana, uma cisão classista clara: o planejamento urbano dividiu, até mesmo, os pobres dos ricos. O PPU representa a relação entre o planejamento do espaço e o governo da população. Ao traçar um perfil positivo da cidade e de sua população, o PPU afirma que a origem da maioria dos migrantes é o sul do Brasil (europeu e rico), tendo por base o cadastro do TRE, excluindo automaticamente analfabetos, não eleitores e re-imigrados, ou seja, os pobres seriam negligenciados. Citando Nelson Rosário de Souza (SOUZA, 2001, pp.111-112):

O principal objetivo do PPU era dotar racionalmente a cidade dos atributos técnicos e espaciais necessários ao progresso econômico. Para tanto, o olhar urbanista construiu as dificuldades como “residuais”, momentâneas e recentes, em oposição ao duradouro, essencial e natural, capaz de indicar as potencialidades de Curitiba. A população pobre, habitantes de uma região insalubre, foi representada como insignificante em termos estatísticos e tornou-se invisível para o planejamento.

No jogo de classificações do espaço e da população para determinar o potencial da cidade os técnicos construíram uma história da cidade na qual aparece em primeiro plano a população de origem européia e o processo da sua integração social, econômica e espacial. Essa história apontaria a direção “saudável” do crescimento urbano (o sentido longitudinal sudoeste-nordeste) e confirmaria os espaços passíveis de investimento. Os imigrantes pobres e recém chegados são apresentados como minoria que precisa adaptar-se ao meio urbano civilizado e cujo espaço é problemático.

[...] É interessante perceber, aqui, o procedimento de construção do perfil da população em relação ao espaço a ser valorizado. Após relacionar o tipo de população à forma de ocupar o solo e ao caráter orgânico da cidade, o texto do PPU informa que o desequilíbrio de Curitiba começou após a Segunda Guerra, com as transformações econômicas do país e “[...] uma certa imigração, especialmente de nacionais [...]”. Comparece então, com muito maior vigor o mecanismo de loteamento [...], sem controle do poder público. Tal fenômeno ocorreu especialmente no setor sul, mais plano de menor valor comercial, em virtude das frequentes inundações da baixada [...]. Em decorrência desta atividade comercial *indisciplinada*, a ocupação do solo deu-se parcialmente em terrenos de difícil drenagem e de serviços públicos onerosos” (PMC, 1965, p.81; grifos do autor).

Portanto, o planejamento urbano de Curitiba foi claramente voltado a uma parcela da população, negligenciando outra. Assim, o sistema de distribuição policêntrico da cidade concentra na região norte, mais próximas ao centro econômico e político da cidade, as terras de maior valor que, conseqüentemente trazem maiores esforços do poder público em investir na manutenção e no desenvolvimento destas regiões, e é onde concentra também as famílias de maior poder aquisitivo. No restante do território do município e em sua região metropolitana, espalham-se regiões de pouco investimento público, habitadas pelas famílias às quais foi economicamente vetado o acesso às áreas desenvolvidas da cidade. Não por coincidência, estas regiões registram os maiores índices de violência da cidade.

Se ligarmos estes fatos ao conceito, anteriormente apresentado, de Inflexão Urbana, definido pelos autores Clóvis Ultramarini e Fábio Duarte (DUARTE, 2009), vemos que as políticas definidas no PPU, claramente classistas, ao serem aplicadas tornaram-se irreversíveis. Se somarmos isto ao fato de que a cidade foi gerida pelo mesmo grupo político por praticamente meio século, vemos que o planejamento urbano curitibano sempre esteve voltado a determinados interesses econômicos, reflexo de um contexto histórico passado, e que continuou a reproduzir-se nas décadas seguintes.

Indubitavelmente, Curitiba alcançou o status de cidade modelo de planejamento urbano, ou de laboratório de urbanismo, onde os testes aplicados resultaram em sucesso. Mas é indispensável, numa análise histórica, compreender em que medida e sob quais critérios se define este sucesso. Considerando que o urbanismo está intrinsecamente ligado à sociedade industrial e à lógica capitalista, de fato, Curitiba teve um glorioso êxito em seu planejamento urbano, atendendo aos interesses da elite empresarial, mas, sobre isso, convém fechar o parágrafo citando, novamente, Dennison de Oliveira (OLIVEIRA, 2000, p.186):

A reflexão sobre as causas da conformação de tal estrutura social, bem como de outros fenômenos como a industrialização de Curitiba, dão margem a um debate interminável, não cabendo a pretensão de realizá-lo aqui. O aspecto do fenômeno que parece indiscutível é sua faceta política. Está-se referindo aqui, claro, à viabilização de um projeto político alicerçado, precisamente, no êxito - e aqui, conseqüentemente, não importa se suposto ou real - do planejamento urbano de Curitiba.

3 QUADRO POLÍTICO CURITIBANO

Como abordado no capítulo anterior, o urbanismo emerge numa relação estreita com a administração pública e, conseqüentemente, com as elites políticas. Com o crescimento exponencial das cidades e seu aspecto orgânico, o planejamento urbano tornou-se uma questão de permanente atenção da administração pública, alcançando sua legislação própria e tornando-se obrigatoriedade nas pautas de gestão pública. Mas, por outro lado, também abordamos no capítulo anterior o planejamento urbano como uma técnica de controle social, um dispositivo de manutenção do sistema capitalista.

Estando o planejamento urbano às mãos do poder público, suas diretrizes acabam por ser traçadas respeitando interesses da elite partidária que governa a cidade em cada gestão, sendo que, precisando passar pelo status de lei, passa também pelos vetos e incentivos, formais e informais, da câmara de vereadores e do poder executivo. Não é novidade que a realidade da política é um cabo de guerra entre interesses, interesses estes que nem sempre são da população em geral: os partidos e os políticos da gestão estão sempre mensurando suas ações diante das reações da elite empresarial e da iniciativa privada que, frente a políticas que prejudiquem seus interesses financeiros, pressionam o poder público para que altere os rumos de suas políticas.

Convém debruçar-se novamente na obra de Dennison de Oliveira (OLIVEIRA, 2000, pp.35-36):

Independente do cenário onde se movem os planejadores urbanos, torna-se óbvio que, mais cedo ou mais tarde, em maior ou menor grau, eles irão se confrontar com interesses privados estabelecidos solidamente em toda uma série de atividades capitalistas que se realizam na área urbana.

Os investimentos realizados em infra-estrutura (abastecimento, esgotos, pavimentação, etc.), o zoneamento urbano e a legislação do uso do solo, que tradicionalmente são áreas de competência do município, afetam diretamente os interesses de dois dos setores mais importantes do conjunto do empresariado local: o da construção civil e aquele que se dedica à especulação imobiliária. Além disso, a legislação ambiental e as restrições ao uso do solo também poderão afetar os objetivos do empresariado industrial. Finalmente, tanto no caso brasileiro como também no caso norte-americano, a política de transportes de massa poderá causar efeitos sobre os interesses particulares dos donos das frotas de ônibus, os quais exploram esses serviços.

Parece suficientemente claro que o planejamento urbano, independentemente do seu grau de autonomia frente aos interesses

particulares de diferentes ramos do empresariado, não pode ser considerado imune ou impermeável a possíveis pressões desses grupos. Então, como a convivência entre o planejamento urbano e o capitalismo pode ser interpretada?

Dennison aponta que a relação entre o poder público, o interesse privado e o urbanismo ocorre de maneira orgânica e complexa. Longe de o planejamento urbano ser definido unicamente pelo interesse privado, nem unicamente pelo poder público, ele ocorre numa convergência de interesses. Se, por um lado, o urbanismo é um mecanismo de controle do crescimento da cidade, por outro, é essencialmente um mantenedor da lógica capitalista, tendo, historicamente, ao organizar a cidade e evitar o caos, contribuído para a vitalidade do sistema capitalista. Assim, numa sociedade industrial capitalista, qualquer ação de planejamento urbano, *grosso modo*, acaba por incentivar o desenvolvimento econômico e o fortalecimento do interesse privado, empresarial e industrial.

Segundo Dennison, uma das explicações possíveis para esta relação dinâmica entre interesse privado e poder público, no que se refere à cidade, pauta-se numa vertente de análise identificada com a Teoria das Elites ou com a Teoria da Captura. A primeira defende a existência “de um setor dominante no cenário municipal que sucessivamente impõe seus pontos de vista a outras forças sociais com as quais se confronta na arena política.” (OLIVEIRA, 2000, p.37). A segunda, entende que “apesar de se destinarem à defesa do interesse público, essas e outras agências governamentais têm sido sistematicamente tomadas pelos interesses privados.” (OLIVEIRA, 2000, pp.38-39), já que elites administrativas da iniciativa privada se revezariam em postos de administração pública. Outro impulso para esta relação entre iniciativa privada e poder público estaria na necessidade de garantir a prosperidade econômica da cidade, tornando o incentivo à iniciativa privada elemento de pauta recorrente nas gestões públicas.

Em todas estas linhas de análise, nota-se que, em base, a cidade moderna, numa realidade social capitalista, compõe-se e organiza-se em função do capital. Em consequência, o urbanismo, buscando garantir o bom funcionamento do ambiente urbano, só pode garantir que funcione de acordo com a lógica capitalista. Neste sentido, estando o planejamento urbano entre a gestão pública e o interesse privado, convém delinear um panorama do quadro político da cidade de Curitiba. Analisaremos o período compreendido entre a década de 1960, tendo por base a data de criação do

IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), em 1964, até o ano 2000, data do Decreto 190, que será analisado no último capítulo deste trabalho, buscando levantar informações relevantes sobre a elite política da cidade e o planejamento urbano.

3.1 A PREFEITURA E O IPPUC

Apesar das críticas devidamente feitas ao título de cidade modelo em urbanismo, Curitiba sempre manteve-se um terreno fértil para o diálogo entre a gestão pública e o planejamento urbano, e isto deveu-se, em grande parte, ao perfil da elite política do município e a sua permanência no poder.

Um estudo realizado pelos professores Renato Perissinotto, Adriano Codato, Mario Fuks e Sérgio Braga, publicado na obra *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, delinea um perfil da elite política paranaense, com base em dados recolhidos entre os anos 1995 e 2000. Embora o período abordado seja curto em relação ao período explorado por este trabalho, os resultados obtidos podem ser um ponto de partida para analisar o perfil dos políticos curitibanos.

A primeira informação relevante relaciona-se aos atributos naturais da elite política do estado, atuantes no poder executivo, sendo que a maioria da elite é composta por homens (83,3%), brancos (92,6%), católicos (64,8%) e naturais de Curitiba (56,1%), o que revela dois aspectos: a gestão política do estado provém, em grande parte, da capital; a elite política paranaense tem um perfil tradicionalista, devido à religião, cor e gênero predominantes. No quadro legislativo, há maior equilíbrio em questão de gênero, sendo formado por 50,5% de homens, mas continuam predominantes os aspectos de cor (branca: 77,2%), e religião (católica: 76,6%).

Outro aspecto interessante apresentado no estudo é o fator escolaridade, sendo que 90% do quadro político-administrativo possui curso superior, sendo que metade destes são formados nas áreas de Direito (35,4%) e Engenharia Civil (25%), além de que 8% graduaram-se na Universidade Federal do Paraná.

Por fim, os autores Adriano Nervo Codato e Julio Cesar Gouvêa apresentam duas conclusões que nos são muito importantes (PERISSINOTTO, 2007, pp. 66-67):

[...]quem governa é convocado a partir de um segmento muito específico da sociedade. Não há, portanto, um recrutamento de tipo aberto, mas *fechado*, ainda que a sociedade seja “plural” e o regime político “democrático”.

[...]mais do que uma projeção da personalidade de Jaime Lerner, esse segmento da elite é homogêneo a ponto de formar um grupo - político - de “não-políticos” bastante fechado.

Estas informações passam a ser ainda mais relevantes se relacionarmos a figura de Jaime Lerner não apenas à sua gestão no governo do estado, mas também à sua atuação na prefeitura de Curitiba. Em todo o período estudado, entre 1964 e 2000, Jaime Lerner esteve em evidência na relação entre a prefeitura de Curitiba e o IPPUC, não apenas em sua figura pública, mas em seu perfil profissional, através das equipes que encabeçaram a administração pública no período.

Passa a se mostrar interessante o fato de que, por praticamente 40 anos a cidade foi administrada por um quadro político bastante afeito à construção civil. No momento da criação do IPPUC, o então prefeito Ivo Arzua Pereira era Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1948, dando início a um longo período em que a prefeitura era dirigida por engenheiros e arquitetos, mantendo uma relação paralela com o IPPUC. A gestão seguinte, de Omar Sabbag, também Engenheiro, formado pela UFPR em 1947, nomeou Jaime Lerner para a presidência do IPPUC. Esta é a primeira vez que Lerner aparece na história política do município. Arquiteto e Urbanista formado a apenas cinco anos pela UFPR, em 1964, já assumia a presidência do IPPUC entre 1969 e 1970.

Após a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, consolidada em 1963, começam a aparecer arquitetos e urbanistas no quadro político municipal. Já que a arquitetura e a urbanística têm uma visão mais holística da cidade e dos desafios urbanos, Lerner torna-se uma espécie de arauto de uma era de relações estreitas entre o poder público e o planejamento urbano. Filiando-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1971, assume, no mesmo ano, a administração municipal de Curitiba, terminando sua primeira gestão em 1974. Durante o período de sua administração, ocuparam a presidência do IPPUC dois arquitetos: Lubomir Ficinski Dunin, formado em Arquitetura pela UFPR em 1964, e também em Engenharia Civil, pela mesma instituição, em 1961, sendo presidente do Instituto entre 1971 e 1971; e Rafael Dely, formado na primeira turma de Arquitetura da UFPR, e sendo o primeiro presidente do Instituto a ocupar o cargo por três anos consecutivos, permanecendo no posto até o final da gestão de Lerner.

Sucedendo Lerner, ocupou o cargo de prefeito Saul Raiz, ex-Diretor de Urbanismo da cidade, em meados da década de 1950, onde acompanhou o primeiro Plano Diretor da cidade. Raiz também era Engenheiro Civil, e, político de carreira, dava continuidade à administração da ARENA em Curitiba. Em sua gestão, Lubomir Ficinski Dunin retorna à presidência do IPPUC, entre 1975 e 1977, sucedido por Carlos Eduardo Ceneviva, paulista também arquiteto, formado pela UFPR em 1968, viria a ser presidente da URBS na década de 1990.

Em 1979, Jaime Lerner volta à prefeitura de Curitiba, nomeando à presidência do IPPUC o ex-presidente da URBS Cássio Taniguchi, que seria presidente do Instituto durante toda a gestão de Lerner. Apesar de vários outros presidentes do IPPUC apresentarem relações com a elite política, indicando que suas posições no Instituto eram mais devido à política que às suas aptidões profissionais, Taniguchi talvez seja o personagem mais icônico em indicar que a presidência do IPPUC é um cargo político, afinal, é o primeiro presidente do Instituto que, apesar de ser formado em Engenharia, não seguia, em sua formação acadêmica, estritamente o ramo da construção civil, nem do planejamento urbano: Taniguchi formou-se em Engenharia Eletrônica pelo ITA. Além disto, Taniguchi parece apresentar estreitas relações políticas com Jaime Lerner, já que foi presidente da URBS no período entre 1972 e 1975, coincidindo com a primeira gestão de Lerner, além de ser diretor, sócio e gerente da Empresa de Consultoria Jaime Lerner - Planejamento Urbano Ltda, nos períodos entre 1975 e 1980, e 1984 e 1988, períodos em que esteve, aparentemente, ocioso em sua atuação política. Taniguchi também acompanhou Lerner em sua trajetória partidária, sendo membro do PDT até o final de sua primeira gestão, em 2000, posteriormente filiando-se ao PFL, em sua segunda gestão como prefeito de Curitiba, enquanto, paralelamente, Lerner atuava no governo do estado, pelo PDT, até 1998, quando reelegeu-se pelo PFL.

Jaime Lerner volta à prefeitura de Curitiba em 1989, já no período democrático, colocando Taniguchi novamente na presidência do IPPUC. Taniguchi permanece na presidência do Instituto até os primeiros anos da gestão de Rafael Greca, sucessor de Lerner na prefeitura. Greca é formado em Engenharia Civil, com especialização em Urbanismo, pela UFPR em 1978, e foi eleito para prefeito municipal em 1992 pelo PDT, mantendo o partido na gestão pública da cidade por mais quatro anos.

Se Taniguchi apresentava-se, até então, como um forte aliado político de Lerner, ele afirma sua posição sendo eleito, em dois mandatos (em 1996 e em 2000),

à prefeitura de Curitiba. Em sua primeira gestão, ascende à presidência do Instituto, Osvaldo Navaro Alves, Arquiteto e funcionário do IPPUC desde 1968. Mas torna-se mais interessante a presidência do IPPUC na segunda gestão de Taniguchi, assumida por Luiz Masaru Hayakawa, formado em Arquitetura pela UFPR em 1978. Hayakawa foi funcionário no escritório de Lerner entre 1976 e 1978, e assumiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano em 1990, durante a gestão de Lerner.

Estes fatores demonstram que, durante toda o período de administração abordado neste trabalho, desde a criação do IPPUC até o ano 2000, Jaime Lerner e sua equipe sempre estiveram à frente ou nos bastidores da prefeitura municipal, mantendo uma aproximação muito forte entre a prefeitura e o IPPUC, e o fazendo através de alianças, formais e informais, entre membros de um mesmo e pequeno grupo político.

3.2 SOBRE A PERMANÊNCIA NO PODER MUNICIPAL

A respeito da permanência de uma mesma elite política no poder municipal, já abordada por Dennison de Oliveira, convém traçar algumas observações e acrescentar algumas informações, a fim de contribuir para o bom desenvolvimento do debate acadêmico e criar terreno mais fértil para a análise do planejamento urbano em Curitiba.

Em sua obra *Curitiba e o mito da cidade modelo*, Dennison de Oliveira afirma que a permanência de um mesmo grupo no poder foi determinante para o sucesso das políticas de planejamento urbano em Curitiba, já que reduziram-se as possibilidades de interrupção das políticas em troca de gestões, considerando que políticas de urbanismo exigem um lento processo de aplicação. O autor aponta para as três gestões de Lerner (1971-1974, 1979-1983, 1989-1992), a gestão de Saul Raiz (1975-1979) e a gestão de Rafael Greca (1993-1996). Somam-se, aí, dezesseis anos de uma mesma elite no poder, sendo doze anos ininterruptos. Para uma visão mais geral, eu complementaria a cronologia, com antecessores e sucessores: Ivo Arzua Pereira (1962-1967), com a fundação do IPPUC; Omar Sabbag (1967-1971), sendo Lerner presidente do IPPUC; Jaime Lerner (1971-1974, 1979-1983, 1989-1992); Saul Raiz (1975-1979); Rafael Greca (1993-1996); e Cássio Taniguchi (1997-2000, 2001-2004).

As gestões de Ivo Arzua Pereira, Omar Sabbag, Saul Raiz e as duas primeiras gestões de Jaime Lerner marcam um período gerido pelo ARENA, com grande diálogo entre o poder municipal e o planejamento urbano. Já a terceira gestão de Lerner e as gestões de Rafael Greca e Cássio Taniguchi marcam um logo período de um mesmo partido no poder, na era democrática, o PDT. Se considerarmos todo esse período, contabilizamos, num período de quarenta e dois anos (1962-2004), trinta e oito anos de um mesmo grupo no poder executivo municipal. Somente durante o período democrático, foram dezesseis anos ininterruptos de uma mesma elite no poder, sendo que, após a eleição de Roberto Requião, primeiro prefeito eleito democraticamente, o grupo de Jaime Lerner só seria substituído por Beto Richa, em 2005.

Indiscutivelmente, como aponta Dennison de Oliveira, a permanência de uma mesma elite política no poder é determinante para o sucesso das políticas de planejamento urbano, mas estas políticas não dependem apenas do poder executivo. Se o planejamento urbano é regulamentado por uma legislação própria, sendo o Plano Diretor da cidade revisado periodicamente, as políticas de urbanismo passam, inevitavelmente, pelas mãos da câmara de vereadores, além de depender da atuação do IPPUC. Quanto ao IPPUC, já discutimos a posição da presidência do Instituto como um cargo político, afeito à equipe de gestão municipal. Quanto à câmara de vereadores, não há muita diferença, em relação ao poder executivo, em termos de permanência de poder.

Durante doze anos do período democrático (1988-2000), Curitiba contava com trinta e três cadeiras na câmara, sendo que 42,5% destas cadeiras foram ocupadas, durante os doze anos de gestão, pelos mesmos vereadores. Outros 24,5% de vereadores atuaram em duas gestões (1988, 1992), e 21,5% em outras duas gestões (1992, 1996). Assim, existe uma permanência de aproximadamente 64% de vereadores em duas de três gestões. A câmara de vereadores permaneceu, em sua maioria, inalterada no período das gestões de Lerner, Greca e na primeira gestão de Taniguchi.

Outro fator que merece destaque é a frequência de partidos atuantes na câmara dos vereadores. Em 1988, o PMDB ocupou doze das trinta e três cadeiras disponíveis, ficando o PDT, partido do prefeito Lerner, em segundo lugar, com sete cadeiras ocupadas. Nas duas gestões seguintes, o PDT liderou o número de cadeiras na câmara, com oito vereadores eleitos em cada gestão. Em 1992, ficavam em

segundo lugar o PL e o PTB, cada um com cinco cadeiras. Em 1996, ficava em segundo lugar o PSDB, com sete cadeiras.

É notável a força do PDT e de seus aliados na câmara dos vereadores, o que tendeu a facilitar o trabalho do prefeito municipal. Os dados nos mostram como, durante estes doze anos (ignorando a segunda gestão de Taniguchi, que optei por não analisar aqui), a permanência de um mesmo grupo no poder municipal se afirma, não apenas pelos doze anos consecutivos de um mesmo partido na prefeitura, mas também pela afinidade com a equipe do IPPUC e com a força de apoio na câmara municipal. Esta realidade facilitou, indubitavelmente, a elaboração e aplicação de políticas públicas de planejamento urbano, além de deixar o poder municipal livre para dirigir suas ações, devido à pouca chance de resistência da câmara municipal.

4 O URBANISMO CURITIBANO

Já ouvimos dizer que o desavisado aprende errando, e o inteligente aprende observando os erros dos outros.

Aprendamos pois, desde já, a evitar os erros que se cometeram em Londres, Paris, Chicago, Nova York, Tokio, São Paulo, Buenos Aires, e outras grandes confusas aglomerações urbanas que se formaram na face da terra.

(Mensagem nº 22, Anteprojeto de Lei do Plano Diretor, 1966)

O urbanismo, em seus aspectos científico e legislativo, surgiu, historicamente, em contextos onde a densidade demográfica e o crescimento das cidades fugia ao controle do Estado. Em Curitiba, o processo não se deu de forma diferente, mas o contexto do florescimento do urbanismo curitibano apresenta aspectos específicos tanto em seu panorama regional quanto em suas conjunturas históricas a nível global.

Quando o poder municipal contratou o escritório de Jorge Wilhelm e a sociedade Serete para elaborar o plano preliminar de urbanismo, no ano de 1965, estava em pauta na discussão mundial os assustadores índices de crescimento urbano, e o desenvolvimento descontrolado e descontínuo das cidades. O trecho citado no epígrafe foi incluído pelo então prefeito Ivo Arzua Pereira, na mensagem que antecede o anteprojeto de lei do Plano Diretor de Curitiba, em 1966, e reflete com êxito as preocupações que fundamentaram os vários investimentos em infraestrutura e planejamento urbano que seriam aplicados na cidade, a partir daquela data até, pelo menos, os próximos quarenta anos.

Dois anos antes, em 1964, Ivo Arzua Pereira fundava o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), voltado exclusivamente ao controle e planejamento inteligente do espaço urbano. Entre as razões que justificavam a criação do IPPUC, enfatizava-se o fato de que, as explosões demográficas seriam mais temidas “pelos estadistas mundiais, do que as próprias EXPLOSÕES NUCLEARES.” (IPPUC, 1966, p.5).

Isto demonstra o nível de importância que o planejamento urbano assumia neste período histórico. Contudo, não podemos analisar este discurso despreendendo-o de seu contexto. De fato, o simples fato de que diversas cidades metrópoles enfrentavam uma variedade de problemas, ao redor do mundo, com a linha

ascendente de violência, doenças, desemprego, entre outros problemas urbanos, por si só já deixavam outras cidades, que se encontravam no início de seus processos de inflacionamento demográfico, em alerta, possibilitando que estas evitassem enfrentar os mesmos problemas no futuro, desde que crescessem de forma ordenada e planejada, sob os critérios do poder público. Mas o processo curitibano está também inserido num período da história brasileira onde os ideais de progresso e desenvolvimento pautavam os discursos políticos.

O processo de urbanismo curitibano nasce junto ao período de regime militar brasileiro, e herda, assim, os objetivos gerais do sistema, que buscavam o desenvolvimento regional e nacional, elevando o país a uma potência digna de participar do mercado internacional. Olhando a partir deste ponto de vista, o urbanismo curitibano não mais se apresenta como uma simples estratégia de contenção e controle do crescimento urbano, mas passa a fazer parte de um grande projeto de incentivo ao crescimento urbano, com vistas aos modelos de grandes cidades e metrópoles: é inegável o fato de que a cidade grande, a enorme agregação de pessoas num complexo centro, repleto de informações, máquinas, velocidade e conflitos, representa o lócus e o sucesso do progresso capitalista.

De toda forma, de volta ao epígrafe, Curitiba teve a vantagem de poder planejar seu desenvolvimento sobre o espaço desde o início dos processos de população massiva, e sua organização política e institucional, aliados à contínua preocupação com o planejamento urbano, rendeu-lhe o título de cidade modelo. Mas qualquer processo que tenha uma duração expressiva como a do planejamento urbano curitibano, que já supera quarenta anos, mesmo que, aparentemente, tenha tido êxito, é digno da análise e abordagem histórica.

Quase cinco décadas se passaram desde a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo, e ainda pairam sobre a cidade as denúncias do caos urbano: o carro, a densidade urbana, a empregabilidade e outros fatores ainda apresentam-se como um problema urbano, que, mesmo a dita “cidade-modelo” luta por enfrentar. Não caberá aqui discutir se o planejamento urbano de Curitiba teve sucesso ou não, foi ou não eficiente, mas sim compreender como se deu o processo de execução do Plano Preliminar de Urbanismo, detectando as modificações e permanências do discurso inicial durante os quarenta anos de aplicação do Plano. A estratégia de abordagem será contrapor o discurso que fundamenta as direções do urbanismo na década de

1960, com a criação do IPPUC, em 1964, a elaboração do Plano Preliminar, em 1965, e a aprovação do Plano Diretor, em 1966, em contraste com o Decreto nº190 de 2000.

O Decreto nº190 foi escolhido por definir as condições de crescimento e assentamento das áreas de maior densidade demográfica da cidade, o chamado Plano Massa, causando um crescimento verticalizado do ambiente urbano e um enorme contraste com áreas vizinhas no cenário da cidade. A princípio, o Plano Massa opõe-se, assim, à intenção de desenvolver um crescimento linear, evitando os diversos problemas acarretados em cidades que desenvolveram-se verticalmente ou radialmente, onde a crescente densidade urbana passa a disputar o mesmo espaço público. O objetivo deste trabalho é analisar a inserção do Decreto nº190 na história do urbanismo curitibano, buscando informações e conjunturas históricas que possam enriquecer o conhecimento acadêmico e científico sobre o urbanismo curitibano e, também, sobre o urbanismo em geral.

4.1 1965: DA CIDADE PEQUENA À CIDADE GRANDE

A década de 1960, em Curitiba, foi marcada pelo concentrado desenvolvimento cognitivo, institucional e legislativo da cidade no campo urbanístico. Conforme comentado anteriormente, outras grandes cidades ao redor do mundo enfrentavam enorme variedade de problemas causados pelo crescimento urbano e pelo exponencial crescimento da densidade urbana e da frota de automóveis. Curitiba, então, teve a oportunidade de observar estes problemas e trabalhar com afinco para evitá-los, com a vantagem de dispor, ainda, de uma cidade de pequeno porte.

Quando os arquitetos e urbanistas da sociedade Serete e do escritório de Jorge Wilhelm foram contratados para estudar a cidade de Curitiba e desenvolver um plano urbanístico para ser ali aplicado, eles compreenderam a capital paranaense como uma cidade de pequeno porte, ainda nos primórdios de seu processo de desenvolvimento. Segundo os estudos apresentados no Plano Preliminar de Urbanismo, Curitiba contava, em 1965, com aproximadamente 500.000 habitantes. Com uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 7%, a cidade contaria com, em 1990, com 2.250.000 habitantes, e no ano 2000, com 3.000.000. Em menos de quarenta anos, a cidade explodiria demograficamente, com seis vezes mais pessoas do que contava naquele ano. A frota de veículos, segundo os dados apontados, cresceria vinte e cinco vezes até o ano 2000.

Mesmo assim, naquele ano de 1965, a cidade ainda era pequena. Aquele que lê o Plano Preliminar de Urbanismo poderia dizer que Curitiba era, não uma capital, mas uma cidade interiorana. As levas de migrantes reiteravam o perfil interiorano de Curitiba: entre 1960 e 1964, mais de 60% dos novos moradores da cidade vinham do interior do estado.

Curitiba ainda não apresentava a composição de uma grande cidade. Não tinha presença forte da indústria, era predominantemente movida pelo pequeno comércio, pelos armazéns de secos e molhados. A cidade havia se desenvolvido a partir de sua posição estratégica no transporte de insumos do interior do estado para o litoral. A elite curitibana ainda era definida por oligarquias rurais, pelos proprietários de terras onde se plantava a erva-mate. Nenhum destes aspectos seria capaz de encaixar a cidade no tradicional modelo de cidade grande: a forte presença da indústria e do comércio de prestação de serviços, de onde provém a elite política; a presença de guindastes, denunciando o contínuo crescimento populacional e predial e a força da construção civil; as obras incessantes, alargando ruas, criando acessos, dando sempre mais espaço para o automóvel.

Mas, mesmo sendo uma pequena cidade, o Plano Preliminar de Urbanismo denuncia o aparecimento de favelas e o “desenvolvimento anárquico”. Regiões ao sul do município, como o Boqueirão, eram áreas sujeitas a alagamentos e por isso perdiam seu valor venal. Passavam a ser ocupadas por novos moradores que, sem poder atingir a faixa de preços imobiliária, passavam a ocupar regiões de pouco interesse e, conseqüentemente, regiões inatingidas pelo poder público e pela infraestrutura urbana.

Estes dois quadros, aliados ao contexto histórico, lançam luz aos objetivos dos crescentes e novos investimentos em planejamento urbano para a cidade: de um lado, buscava-se elevar a cidade ao patamar de uma metrópole, digna de um país em constante desenvolvimento; de outro, buscava-se impedir a disseminação e o desenvolvimento sem controle de novos loteamentos e da densidade populacional. Os novos loteamentos, em si, não devem ser encarados como um problema; eles passam a ser um problema se não permitirem o controle do poder público que, por sua vez, se abastece de tributos destes novos moradores. Frente às novas levas de crescimento populacional, o poder público adianta-se num consistente aparato legal para obrigar os proprietários a aprovar seus loteamentos e seus imóveis junto à

prefeitura, registrando os imóveis existentes e permitindo, assim, o controle estatal sobre estas regiões através de tributos ou do controle da valorização imobiliária.

O Plano Preliminar de Urbanismo dá início a um ciclo de consistente legislação municipal que fundamenta o poder público no que diz respeito ao planejamento e desenvolvimento urbano. Curitiba é conhecida por seu planejamento urbano mesmo antes da década de 1960, mas é apenas neste contexto, paralelamente às políticas desenvolvimentistas do regime militar, que a cidade constrói um projeto institucional e legislativo quase que inabalável, e se apodera do espaço urbano tornando-o, ainda, objeto de políticas de incentivo ao crescimento urbano e demográfico. Diversas políticas aplicadas nos quarenta anos seguintes ao Plano Preliminar de Urbanismo já estavam previstas no documento, já em 1965, demonstrando o fato de que Curitiba foi objeto de um intenso e longo processo de desenvolvimento e planejamento urbano.

Mesmo com o intuito de detectar a vocação da cidade (definida por eles na educação e na rede de empregos no comércio), os urbanistas responsáveis pelo Plano desenvolvem diversas estratégias de desenvolver novas vocações para a cidade. Assim, a implantação da CIC, na década de 1970, pretendia desenvolver o crescimento industrial; a revitalização de áreas como o Paço da Liberdade pretendia valorizar o desenvolvimento cultural; as estratégias de desenvolvimento de policentros buscavam intensificar o comércio local; e a construção da cidade universitária, próxima ao centro politécnico, buscava delimitar a vocação acadêmica da capital. Além disso, mesmo com base nos índices de crescimento da cidade, o Plano previa novas estratégias para incentivar novos investimentos e migrações para a cidade.

O Plano Preliminar de Urbanismo demonstra, portanto, que Curitiba foi laboratório, não apenas de um planejamento urbano institucionalizado e ordenado, mas também de diversas construções teóricas e conceituais sentido um modelo de cidade metrópole capitalista. Aliado ao contexto desenvolvimentista em que o Plano foi traçado, podemos observar que o que estava em jogo era não apenas um planejamento inteligente da malha urbana para evitar problemas futuros, mas o objetivo final de construir uma cidade digna de primeiro mundo, encaixando-a nos padrões tradicionais de uma metrópole.

No final das contas, o Plano Preliminar de Urbanismo teve êxito em tudo o que pretendia em sua essência: projetou com eficácia uma cidade pronta para enfrentar o inevitável crescimento demográfico e a preponderância do automóvel. Seu êxito deu-se, sem dúvida, pela vantajosa realidade política, já discutida anteriormente, já que

em praticamente todos estes quarenta anos em que o Plano foi aplicado a cidade foi administrada por uma mesma elite política; mas também teve êxito pela orientação linear para o crescimento urbano, através de seus diversos eixos estruturais.

Os eixos estruturais são definidos no Plano Preliminar por grandes linhas de vias rápidas que cortam a cidade. Estes eixos suportariam os pólos de maior densidade populacional, incentivando, através destas regiões, o crescimento demográfico e o desenvolvimento comercial policentrista, sem prejudicar o acesso ao centro principal da cidade, que se daria por vias de acesso rápido e por canaletas de transporte coletivo.

A primeira lei do Plano Diretor, em 1966, em seu artigo 37, determinava que os setores estruturais comportariam os maiores edifícios da cidade, com construções com até três torres e área mínima construída de 2000m². As construções não poderiam ultrapassar a altura de sessenta e três metros, nem a área de um terço do lote, e deveriam recuar dez metros da via. As torres localizavam-se a trinta metros umas das outras, e continham garagens no subsolo, com o mínimo de uma vaga por unidade habitacional.

Mesmo prevendo grandes densidades para estas regiões, o Plano Preliminar de Urbanismo preocupava-se com o desenho do cenário urbano, com base em questões estéticas, funcionais e de saúde pública, como facilidade de acesso e transporte, insolação e corredores de ar. De toda forma, os setores estruturais foram projetados prevendo a expansão populacional superior a dois milhões de habitantes para o ano 1990. As condicionantes dos setores estruturais alteram-se no ano 2000, através de um novo decreto que institui o Plano Massa, incentivando maior densidade nos setores e, também, a atividade comercial.

4.2 2000: REVISÃO DE UM MODELO OBSOLETO

Na segunda metade da década de 1990, em torno das perspectivas voltadas para o terceiro milênio, e mergulhado num contexto de renovação tecnológica, Curitiba voltou a repensar a cidade numa perspectiva analítica e crítica. Em seminário organizado pela Comissão de Urbanismo e Obras Públicas, em 1995, o então convidado Jorge Wilhelm teria, ele mesmo, considerado o Plano Diretor vigente obsoleto, o mesmo Plano Diretor que justificou em seu Plano Preliminar de Urbanismo.

Não há nada de anormal neste fato: as cidades são orgânicas, se modificam dinamicamente, e o urbanismo deve acompanhar sua realidade. Curitiba contava, na realidade, em 2000, com 1.587.315 habitantes, praticamente metade do que o previsto no Plano Preliminar de Urbanismo, que previa 3.000.000 de habitantes. Mas estas previsões equivocadas não estragaram a eficiência essencial do Plano Preliminar de Urbanismo. Onde, então, reside sua obsolescência?

Jorge Samek, um dos poucos vereadores que compunham a oposição política durante a segunda metade da década de 1990, publicou um artigo em 1997, argumentando que (SAMEK, 1999, p.18):

Os nossos planejadores urbanos sempre procuraram passar a impressão que tinham o controle sobre o planejamento da cidade. Havia solução para tudo. Mas o atual Plano Diretor está exigindo modificações urgentes, sob pena de vermos se agravar ainda mais o processo de deterioração da qualidade de vida de nossa população.

[...]

Curitiba perdeu o controle do seu planejamento, mergulhando num profundo processo de autocontemplação.

Segundo a opinião de Samek, Curitiba teria mergulhado tão profundamente em seu título de cidade modelo que teria deixado de lado a necessidade de alterar-se junto à cidade. Um dos fatores que teriam incentivado isto teria sido a falta de alternância no poder municipal. Se, de um lado, a permanência de uma mesma elite política criou um terreno favorável à aplicação eficiente do planejamento urbano, de outro, ela vetou a possibilidade de novas perspectivas sobre a cidade.

É inegável, também, que um projeto da estrutura do Plano Preliminar de Urbanismo só seria aplicado a longo prazo, e mesmo ações executadas nos anos 1990 seriam continuidade do plano original, que já previa ações na virada do milênio. Mesmo assim, a revisão compulsória do Plano Diretor, em meados dos anos 1990, gerou uma série de discussões sobre o planejamento urbano de Curitiba, ficando notável o fato de o Plano Diretor de 1966, que até então não havia sofrido grandes alterações, estar obsoleto para a nova realidade da cidade na virada do milênio, marcada pelos avanços tecnológicos e pela força do discurso ecológico em favor da sustentabilidade.

Neste momento discutiu-se muito em torno das funções do planejamento urbano. Em oposição aos pilares expostos pelo urbanismo modernista na Carta de Atenas, que compreendia a cidade em torno de suas várias funções, a partir de uma

visão industrial e fordista do ambiente, defendia-se agora a cidade voltada às pessoas, pautada no conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) difundido pela ONU.

A tendência, então, seria ampliar áreas verdes, reduzir a densidade populacional e a preponderância do automóvel. No caso curitibano, as principais intervenções deveriam, inicialmente, focar nas vias estruturais, já que elas concentravam as áreas de maior densidade, propositalmente, e condicionavam o crescimento da cidade. Mesmo que os índices demográficos reais não tenham atingido o previsto no Plano Preliminar de Urbanismo, a cidade já enfrentava problemas com a capacidade de transporte público e de vazão nas vias estruturais e arteriais.

O IPPUC, assim, dedicou-se a estudar novas tendências nos setores estruturais da cidade, propondo alterações nas condicionantes de edificações nessas regiões, pautadas em novos estudos sobre insolação, corredores de ar, áreas verde e de permeabilidade, além de áreas de passeio, vias dedicadas ao automóvel utilitário e canaletas dedicadas ao transporte público. Vale citar um trecho do estudo, realizado em 1996 (IPPUC, 1996, p.1)

Os setores estruturais concebidos a partir do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, passando pelos decretos que os implementaram, vem hoje, como realidade física, correspondendo os objetivos de sua concepção, como extensão do centro tradicional, como estímulo a ocupação e como interagente de funções urbanas.

Sem necessidade de grandes investigações detecta-se o principal problema dos setores: o grande impacto ambiental causado pela inexistência de uma legislação específica sobre INSOLAÇÃO, envolvendo não somente as edificações mas o espaço urbano entorno.

[...]

Esse trabalho portanto, direciona-se na procura da melhora das condições de insolação, partindo-se das seguintes premissas:

Não reduzir o coeficiente de aproveitamento, visando, por um lado, preservar direitos, e por outros garantir a própria implantação das propostas adiante.

Paralelamente, e procurando sintetizar com as propostas sobre insolação, incluir propostas de desenho urbano.

Abordar o problema sobre o prisma do impacto da sombra da edificação sobre seu entorno, o que torna sem sentido considerações sobre áreas principais e secundárias.

Percebe-se, assim, que o IPPUC não desconsiderava a atualidade e eficiência dos eixos estruturais em sua principal função: orientar o crescimento urbano. Porém,

já se considerava os setores estruturais obsoletos em sua forma, necessitando, obrigatoriamente, ser reformulado.

A reformulação dos setores estruturais, em fins dos anos 1990, ocorreu junto à reformulação da lei de zoneamento e uso do solo. Esta nova lei, a lei nº9800, aprovada em 2000, lançava luz sobre um novo conceito de cidade, mais densa e desenvolvida economicamente. Esta nova cidade abria espaço para a construção civil, através de vários artifícios de incentivo, como o solo criado e maiores coeficientes de aproveitamento, e, junto a isto, determinava a criação do Plano Massa, que seria aplicado aos setores estruturais.

O Plano Massa é regulamentado pelo decreto nº190 de 2000, e oferece condições favoráveis às incorporadoras e construtoras para a construção de prédios de grande porte, com alto índice de aproveitamento dos terrenos. O Plano Massa determina a construção de galerias abertas, com quatro metros de largura e três metros e meio de altura, por toda a extensão das vias estruturais, intensificando o comércio ao longo das canaletas de transporte coletivo.

Contudo, o Plano Massa é acompanhado de uma série de efeitos colaterais, uma vez que prevê, por exemplo, a possibilidade de construir em quase a totalidade do terreno, reservando pouca ou nenhuma área de permeabilidade, sendo que o escoamento de águas pluviais deve ser feito a partir de estruturas mecânicas, na própria estrutura predial. O Plano Massa também permite maior uso de áreas destinadas a estacionamento, reservando até 50% da área térrea e até 100% do primeiro pavimento exclusivamente à vagas de automóveis, sem estipular áreas destinadas a transportes alternativos, como paraciclos. Este fato tende a incentivar o uso do automóvel, uma vez que, em prédios de grande densidade, muitas unidades habitacionais dispõem de duas ou mais vagas de estacionamento, fato que tende a se agravar com a determinação de que os prédios do Plano Massa devem, obrigatoriamente, dedicar saídas de veículos unicamente para as marginais das canaletas de transporte coletivo, ruas essas de baixo tráfego e baixo potencial de escoamento de veículos.

Buscando maior adensamento destas áreas, o Plano Massa também é acompanhado por novos critérios de construção, como a altura livre e a menor distância entre prédios vizinhos, em relação ao disposto anteriormente no Plano Preliminar de Urbanismo. Isto se contrapõe às preocupações do IPPUC com a insolação e os corredores de ar nas vias estruturais, além de aumentar drasticamente

a densidade populacional nestas áreas, já que permitiu-se aumentar não apenas a área construída mas, também, o número de unidades habitacionais.

Resta-nos questionar quais conjunturas permitem a implantação do Plano Massa no histórico do planejamento urbano curitibano. Com tantas contradições, entre o desenvolvimento linear e o vertical, entre a tendência a manter um certo nível de adensamento e a explosão da densidade permitida pelo Plano Massa, em que contexto esta legislação ganhou espaço no aparato legislativo e institucional de Curitiba?

O primeiro fator ao qual devemos chamar atenção é que, se no contexto da elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo, durante o regime militar e o discurso nacional-desenvolvimentista, o planejamento urbano buscava elevar a capital paranaense aos padrões da tradicional metrópole capitalista, partindo de uma cidade pequena para uma grande urbe, no final dos anos 1990, quando a cidade já era considerada uma grande cidade, sendo a oitava mais populosa do país, o planejamento urbano buscava outros objetivos que, ainda dentro de um contexto global, se mostra como o incentivo ao crescimento econômico e ao fortalecimento da iniciativa privada. Esta política liberal ganha espaço numa cidade com grande potencial de crescimento e acaba por sobrepor os interesses, já apresentados em 1965 no Plano Preliminar de Urbanismo, do bem-estar social e do desenvolvimento homogêneo da cidade.

Não podemos descartar, contudo, a perspectiva social e técnica, do ponto de vista urbanístico, do Plano Massa, que, distribuindo uma grande diversidade de pontos comerciais ao longo das vias estruturais, mantém a linearidade urbana no que concerne aos deslocamentos e à infraestrutura urbana. Porém, isto apresenta um paradoxo diante do grande adensamento populacional na região e em sua tendência, a partir do ano 2000, de crescimento verticalizado.

Novamente, vale ressaltar as influências do contexto político partidário, já apresentado no capítulo anterior, onde uma mesma elite política administrou a cidade durante quase os quarenta anos a partir do Plano Preliminar de Urbanismo. Este fato se mostra ainda mais relevante, sendo que, no contexto de aprovação do Plano Massa ocupava o principal cargo da prefeitura o ex-presidente do IPPUC, Cássio Taniguchi, parceiro político de longa data de Jaime Lerner. Taniguchi acompanhou Lerner durante toda sua trajetória política, e esteve sempre em contato com a aplicação e o desenvolvimento do planejamento urbano curitibano. Esteve, assim, também, em

contato íntimo com o discurso desenvolvimentista que impulsionou a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo e, encontrando respaldo nas gestões políticas que se seguiram, conseqüentemente esteve presente, também, na gestão de Taniguchi.

Vemos, então, que o discurso desenvolvimentista presente na década de 1960 permanece ativo na gestão municipal no contexto da virada do milênio, através de políticas de incentivo e liberalismo no município. Estas políticas se expressam também, portanto, no planejamento urbano, uma vez que os novos padrões de zoneamento e uso do solo, aplicados em 2000, na gestão de Taniguchi, que mantinha grande força na Câmara Municipal, incentivou a inserção de grandes construtoras na cidade, que, encontrando aqui oportunidades de negócio muito lucrativas, dominaram o cenário da cidade com guindastes e prédios cada vez mais altos.

Por fim, nota-se que o planejamento urbano curitibano foi norteador, sempre, não pela contenção e controle do crescimento populacional, mas sim pelo incentivo ao crescimento: no Plano Preliminar de Urbanismo, justificado pela elevação do nível de cidade da capital à metrópole; no Plano Massa, justificado na alta lucratividade e no desenvolvimento econômico local, atraindo a construção civil através de artifícios legislativos e institucionais. A cidade modelo deixou sempre de lado, assim, a verdadeira preocupação com o bem-estar social: em 1960, tornou-a um mero critério de evolução da cidade; em 2000, esqueceu-se este fator em função da maior lucratividade.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho contribuiu para a compreensão dos aspectos políticos e econômicos que determinam o planejamento urbano. Em busca de explorar e expor o viés político e econômico do planejamento urbano, explorou-se as relações mútuas entre o poder público, o conhecimento acadêmico e o interesse privado, que se influenciam uns aos outros gerando uma complexa rede de relações presentes no cotidiano da cidade e que tornam o planejamento urbano um processo deliberativo, não neutro, que atende a determinados interesses da sociedade, enquanto oblitera e ignora outros, deixando de atendê-los.

A análise do caso específico de Curitiba auxilia na compreensão de diversos fatores inerentes ao planejamento urbano, mostrando-o como um processo histórico. É visível que o planejamento urbano de uma cidade é um processo lento, que atinge e envolve diversos níveis de conhecimento e de poder. O caso de Curitiba, portanto, constituiu um terreno fértil para um planejamento urbano que, talvez não necessariamente tenha sido eficiente em termos urbanísticos, mas com certeza atendeu eficazmente a determinados interesses econômicos e sociais, devendo ser compreendido como um processo histórico específico, sustentado por uma série de conjunções que permitiram a aplicação prática do planejamento urbano durante um longo período de tempo.

Não apenas o poder executivo que, durante praticamente quarenta anos foi ocupado pelos mesmos políticos e partidos, também o poder legislativo foi favorável a um processo de renovação da cidade, facilitando a aplicação gradativa e um plano eficiente para a cidade, ao mesmo tempo em que respondiam a interesses de classes específicas, com a valorização de determinadas regiões da cidade, e o alto adensamento e valorização comercial dos setores estruturais, que hoje trazem diversos inconvenientes para a cidade, como problemas de tráfego de veículos, saúde pública e a recente supervalorização dos imóveis da cidade.

Este estudo contribuiu, portanto, para uma análise sobre o contexto político e econômico da cidade de Curitiba, vinculado não apenas à questão do planejamento urbano, mas a diversas problemáticas sociais, econômicas, políticas e culturais que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas à questão urbana ou influenciados por ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGACHE, Donat-Alfred. **Plano de urbanização de Curitiba**. IN: Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1943.
- ALMEIDA, Pedro Washington. **Paraná político: De cabo a rabo**. Curitiba: Editora Noé, 1999.
- AYMONINO, Carlo. **Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ. **Revista paranaense de desenvolvimento**. 1980, nº 70.
- BARDET, Gaston. **O urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990.
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BIO, Suely Soares. **Inovações no mercado de transações imobiliárias: um estudo de caso na cidade de Mauá**. 2005. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3299.pdf (acesso em: 20/08/2014).
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.
- CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- DAVIDSON, Forbes. ACIOLY, Claudio. **Densidade urbana: Um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- DUARTE, Fábio. ULTRAMARI, Clóvis. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagnat, 2009.
- DUDEQUE, Irã. **Cidades sem véus: Doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995.
- ESPAÇO & DEBATES – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano IV, 1984, nº13.
- FERRY, Jules. **Comptes fantastiques d’Haussmann**. Paris: 1868. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ImI7AAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso em: 20/08/2014).
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IPPUC. Arquivo. **Palestra proferida pelo arquiteto Rafael Dely, em junho de 1976, na cinemateca do museu guido viaro, sobre o planejamento urbano da cidade de Curitiba.** Curitiba, 1976.

IPPUC. **Evolução do Planejamento Urbano: zoneamento e uso do solo.** Curitiba: IPPUC, 1996.

IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana.** Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1989-1992.

IPPUC. **Mensagem nº 22, Anteprojeto de Lei do Plano Diretor.** Curitiba: 1966

IPPUC. **Reavaliação dos setores estruturais.** Curitiba: IPPUC, 1996.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** São Paulo: Contexto, 2011.

LE CORBUSIER. **Os três estabelecimentos humanos.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

LEWIS, D. **El crecimiento de las ciudades.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1972.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1996.

MOURA, Rosa. ULTRAMARI, Clóvis. (org.) **Metrópole.** Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

OBA, Leonardo T. **Cidade grifada:** Curitiba e seus eixos estruturais. II Encontro Anual Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Campinas: 2004.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Editora UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Juarez de. **Loteamento e parcelamento do solo.** São Paulo: Editora Saraiva, 1986.

PERISSINOTTO, Renato *et alli.* **Quem governa?:** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização. In. Salgueiro, H.A. (org) **Cidades capitais no século XX:** racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Edusp, 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba, na prática.** Curitiba: IPPUC, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba/Serete & Wilhelm Associados, 1965.I

QUEIROZ, Roosvelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas.** Curitiba: Ibpex, 2007.

SÁ, Cristina. (*org*). **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: Ibrasa/Champagnat, 1991.

SAMEK, Jorge. **Curitiba: entro o mito e a realidade**. Curitiba: Fotolaser Gráfica e Editora Ltda, 1999.

SICA, Paolo. **História del urbanismo**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local 1981, 4 vols.

SILVA, Elvan. **Matrizes do discurso doutrinário na Arquitetura: Uma revisão concisa**. Curitiba: Champagnat, 2006

SOUZA, Nelson Rosário de. **Planejamento urbano em Curitiba**. In: Revista de Sociologia e Política, nº 16. 2001.

ZAMBERLAN, Rosângela. Planos e valores no espaço urbano de Curitiba: setor estrutural norte-sul. **Dissertação de mestrado**. Curitiba: PUCPR, 2006.